

A difamação e a verdade

A TÉ ontem não havia certeza de que os Presidentes da Câmara e do Senado falarão por uma cadeia de rádio e televisão na próxima quinta-feira em defesa do Congresso, que, segundo a versão atribuída ao Presidente José Sarney, teria sido alvo de uma "campanha difamatória". Mas o Sr Ulysses Guimarães almoçou ontem com o mestre em programação Fernando Barbosa Lima para que organizasse o programa e já havia escolhido dia e hora (quinta-feira, às 20h30min, para levá-lo ao ar).

O Presidente do Senado, no entanto, hesitava quanto à conveniência de um programa no qual Senado e Câmara não têm do que se defender mas apenas que explicar episódios e prometer corrigir o que de errado possa haver no procedimento das duas Casas. O presidente do Senado preferia que os esclarecimentos do Congresso fossem produzidos mediante intercalações nos noticiários, o que seria bem visto pelas estações de televisão, que não sofreriam maior prejuízo com a perda de um de seus horários nobres.

O Sr Fragelli, aliás, lembrou que o pagamento dos jetons é uma praxe de 25 anos, isto é, data da transferência do Congresso para Brasília, e se justificaria pela tradição de que os usos e costumes modificam as leis. No caso, melhor seria a modificação expressa do texto constitucional, aliás fruto de uma emenda votada já em Brasília, em 1964, mediante a qual se reduziu a parte fixa dos subsídios, que então representavam dois terços, para um terço, ficando os dois terços para a parte variável, isto é, o jeton. O objetivo não era ético, pois tentava-se fugir ao pagamento do Imposto de Renda, precisamente no momento em que, por inspiração do Presidente Castello Branco, o Deputado Pedro Aleixo propôs emenda constitucional para suprimir os privilégios dados a magistrados, professores e jornalistas, três categorias até aquela época excluídas do dever de pagar o Imposto de Renda e o Imposto de Transmissão Imobiliária.

Mas a depreciação da força política do Congresso gerou a complacência com faltas de parlamentares, já punidos na perda de atribuições e prerrogativas mediante sucessivas intervenções do poder militar na autonomia. As pequenas vantagens supriram a falta de poder efetivo, as resistências cessaram, e Brasília ajudou a que se criassem favores, hoje consagrados, como as passagens aéreas para os Estados e para o Rio, onde se sediou longamente parte substancial da burocracia estatal; as cotas para telefone, gasolina, etc.; a casa mobiliada; e a faculdade de contratar assessores e secretárias, precisamente quando deputados e senadores tinham menos o que fazer, pois o regime lhês cortara o poder de intervir no orçamento e de participar ativamente da elaboração das leis.

Materialmente construíram-se anexos e expandiu-se em três vezes a área total hoje ocupada pelo Congresso, com quatro anexos e um hospital na Câmara, anexos, auditórios, sede da Prodasen, sede da gráfica, etc. no Senado. O funcionalismo agigantou-se e relaxou-se em muito a exigência do ingresso por concurso público de títulos e provas, praxe de resto muito pouco usada no Senado. Os senadores dispõem de regalias, como assessorias e transporte especiais no Rio, etc.

A contratação ou nomeação de jornalistas sempre foi praxe no Congresso. Apenas a praxe avolumou-se. Mas para quem tem memória sabe que havia nas duas Casas legislativas cargos de redatores de anais, dos mais bem remunerados, sempre postos à disposição de jornalistas mais calejados ou mais influentes. Em Brasília ampliou-se. Na imprensa, a aceitação desses favores deita no fato de que só há 30 ou 20 anos as empresas jornalísticas se transformaram em empresas industriais de certa grandeza, podendo remunerar melhor e com pontualidade seus redatores e repórteres.

No jornal, antigamente, entrava-se e, se não havia vocação, procurava-se uma porta de saída segura, para um bom emprego no serviço público, na empresa privada, nas associações de classe ou se usavam relações como ponto de apoio para ingresso na atividade política. A permanência era exceção e a irregularidade dos pagamentos e sua insuficiência induziam os jornalistas normalmente a procurar empregos públicos. No período em que me transferi para o Rio e constituí família (governo Dutra) não havia praticamente concursos ao alcance de advogados que quisessem entrar no serviço jurídico do Estado. Muitos de nós aceitamos oferecimentos por falta de outra oportunidade e por instabilidade e escassez de salários.

Odylo Costa, filho, velho profissional, que participou, em posição de chefia, da modernização do JB, era procurador do IAPC e lá me introduziu, como redator, em 1952, apesar da ordem em contrário de Lourival Fontes por ser eu redator político do *Diário Carioca*, belo jornal que levava seis meses sem pagar salários. Autran Dourado, no governo Juscelino, pôs-me como procurador do DNER, onde trabalho até hoje com a carga de processos equivalente a de meus companheiros. Os jornais se consolidaram e, depois de ter abandonado com 11 anos de casa três empresas, ancorei no JB, onde estou há 23 anos e de onde retiro substancialmente o meu sustento.

Aos jornalistas mais jovens, o que eles parecem temer é a instabilidade no emprego, dada a alta rotatividade ocorrida nas grandes redações, muitas vezes fruto do rodízio de comandos. Hoje eles procuram segurança no Congresso, na EBN e nas numerosas assessorias do serviço público, que se multiplicaram em Brasília. Há abusos, evidentemente, como em tudo. Em tudo, há sempre algumas pessoas com caráter mais fraco. Como ocorre no Congresso e na imprensa.

Carlos Castello Branco